

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2014**

2ª VARA FEDERAL DE SÃO PEDRO D'ALDEIA
JUIZ FEDERAL TITULAR DRA. ANGELINA DE SIQUEIRA COSTA
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DR. RODIRGO VASCONCELLOS PINTO

Partindo de levantamentos realizados no questionário da Autoinspeção, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 19 a 23 de maio de 2014, a correição ordinária presencial da 2ª Vara Federal de São Pedro D'Aldeia, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES

1 **Providenciar** a correção das irregularidades apontadas nos processos nº 0485453-31.1900.4.02.5101, 00001889520034025108, 0000499-08.2011.4.02.5108, 0485453-31.1900.4.02.5101, 0000145-12.2013.4.02.5108, 0202495-35.1998.4.02.5101, 0930672-02.1900.4.02.5101, 0001600-46.2012.4.02.5108, 0001620-37.2012.4.02.5108, 0001625-59.2012.4.02.5108, 0000364-98.2008.4.02.5108, 00001889520034025108 00005159320104025108, 0000525-

98.2014.4.02.5108 , listados no item das ações de verificação obrigatória, do relatório de correição e Metas do CNJ.

2 **Atentar** para o controle de incidência da prescrição penal, na forma do art. 248, III, da Consolidação das Normas desta Corregedoria, com atenção especial para o processo nº 00001889520034025108.

3 **Priorizar** o cumprimento das Metas do CNJ, especialmente a Meta 2;

4 **Providenciar a reclassificação das cartas precatórias:** 00012750220114025110, 00015918420124025108, 00018216320114025108, 00015086820124025108, 00015918420124025108, as quais, não obstante a sua autuação na classe 28001 (Precatória Penal), tem por objeto a fiscalização do cumprimento das condições de suspensão do processo;

5 **Dar** andamento ao processos parados há mais de 30 dias, listados no relatório de processos parados e citados no relatório de correição;

6 **Atentar** para o lançamento do tipo de sentença proferida no rodapé e cabeçalho da respectiva peça.

7 **Alterar** no Sistema Processual Apolo o motivo da suspensão nos processos - 37.2007.4.02.5158, 0001189-52.2009.4.025158 e 0000861-83.2013.4.02.5158, fazendo constar o sobrestamento “OUTROS –FASE DE CONHECIMENTO.”

8- **Dar** atenção especial à classificação das 393 sentenças intimadas como “vazias” no sistema Apolo.



Considerando as RECOMENDAÇÕES, encaminhar à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, Relatório das providências implementadas.

ATUAÇÃO DOS JUÍZES

JUIZ TITULAR: desde 02/04/2012

JUIZ SUBSTITUTO: desde 05/05/2014

Divisão dos processos finais pares e ímpares

- **Titular:** DRA. ANGELINA DE SIQUEIRA COSTA
- **Substituto:** DR. RODIRGO VASCONCELLOS PINTO

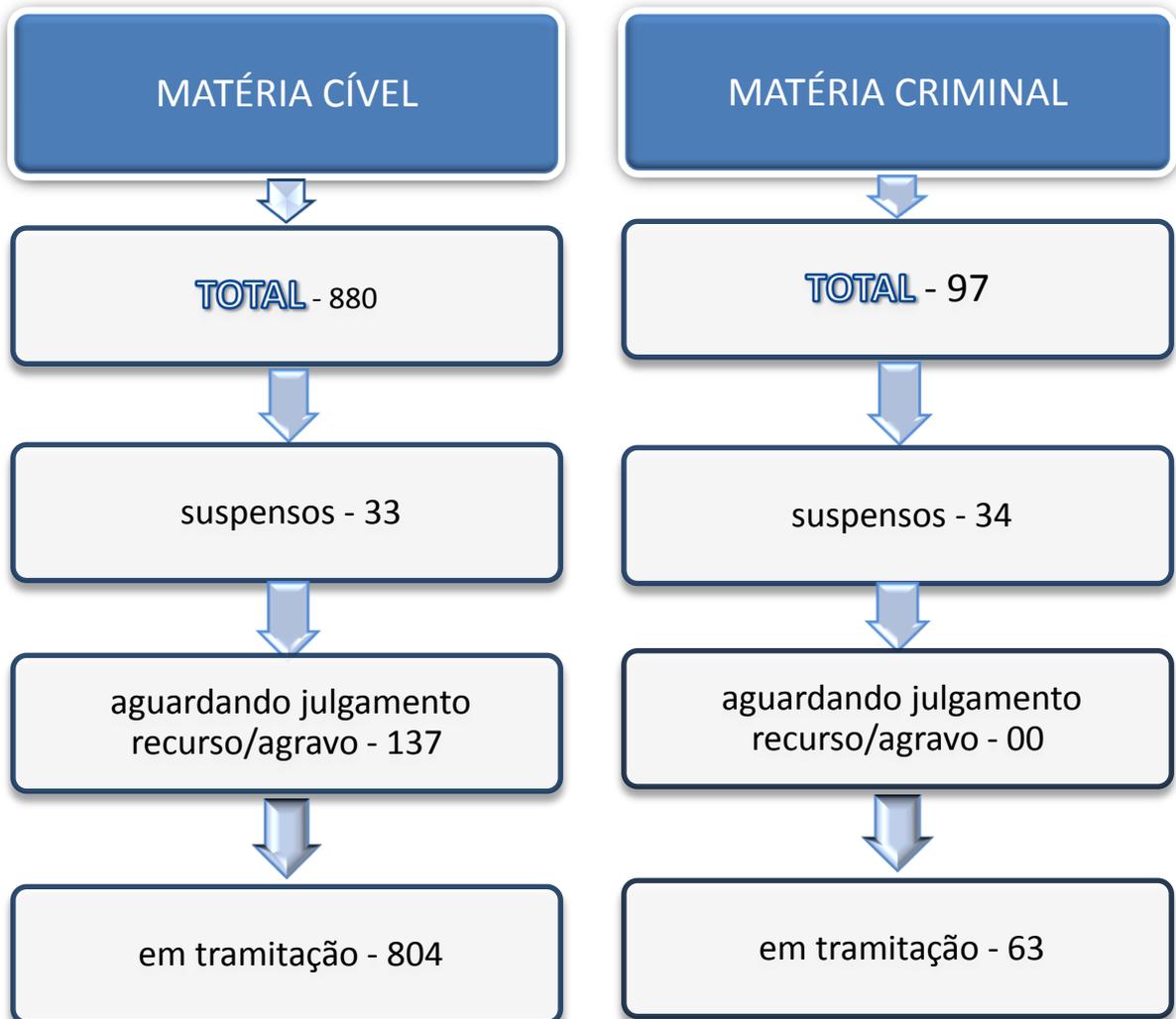
ORGANIZAÇÃO - 14 SERVIDORES

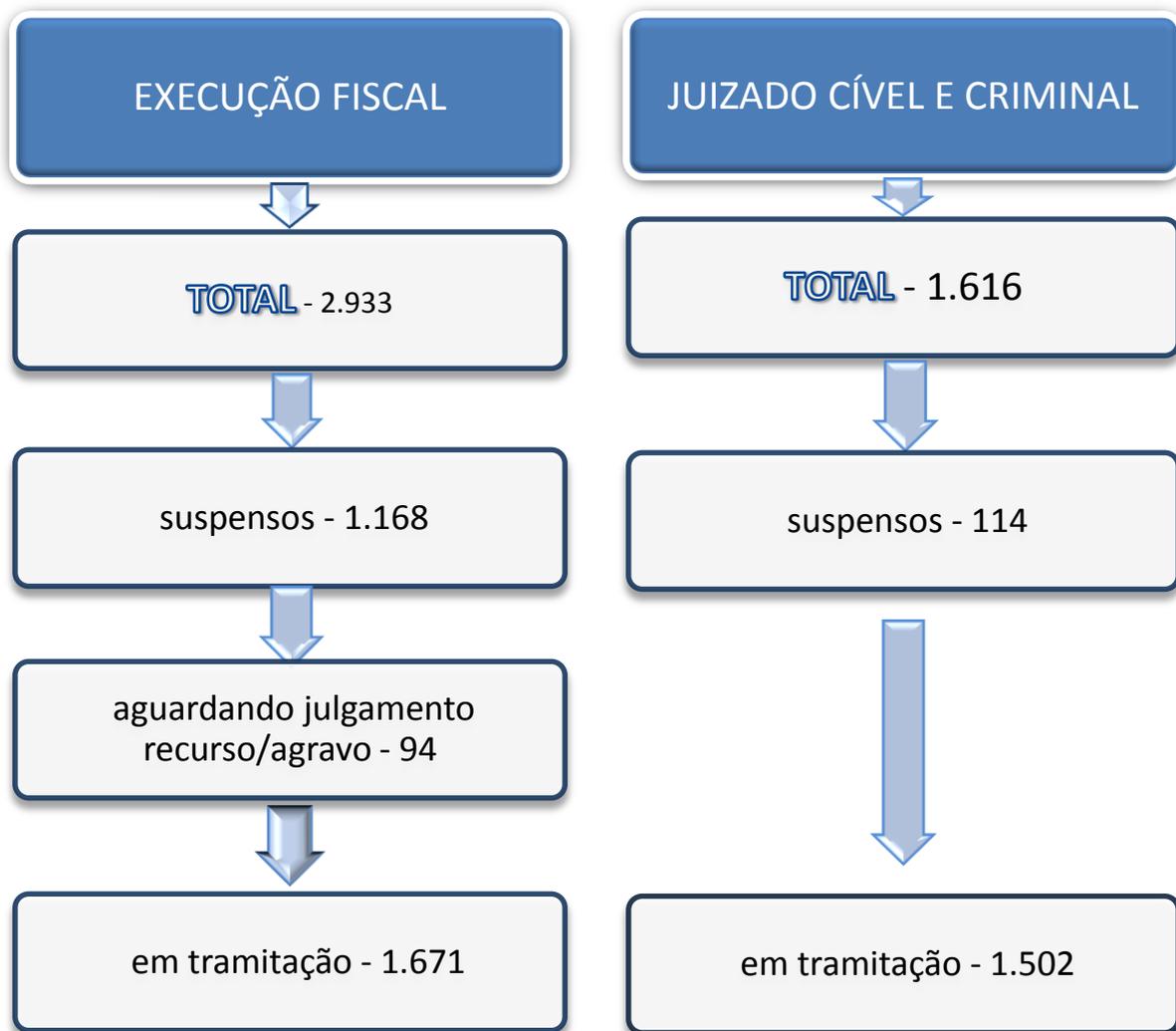
00 analistas judiciários	12 técnicos judiciários	01 técnico judic/segurança	01 auxiliar judiciário	06 estagiários
-----------------------------	----------------------------	-------------------------------	---------------------------	----------------

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Mapa: Planilha Apolo Excel – Intimados.

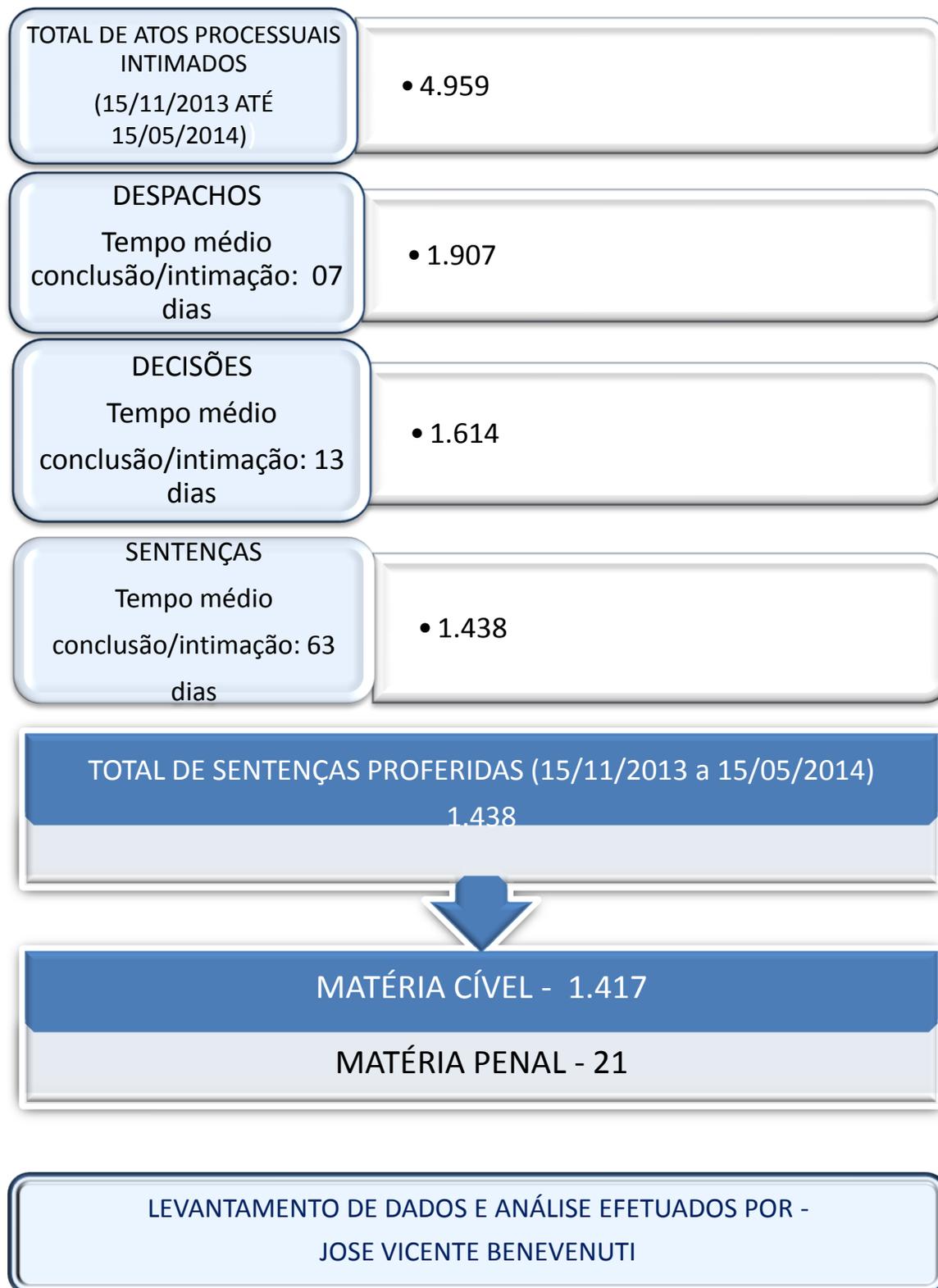
ACERVO TOTAL (CÍVEL, EXECUÇÃO FISCAL, CRIMINAL E JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - JEF)

5.526 PROCESSOS





Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal , constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de maio de 2014.



Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel - Intimados.

METAS DO CNJ

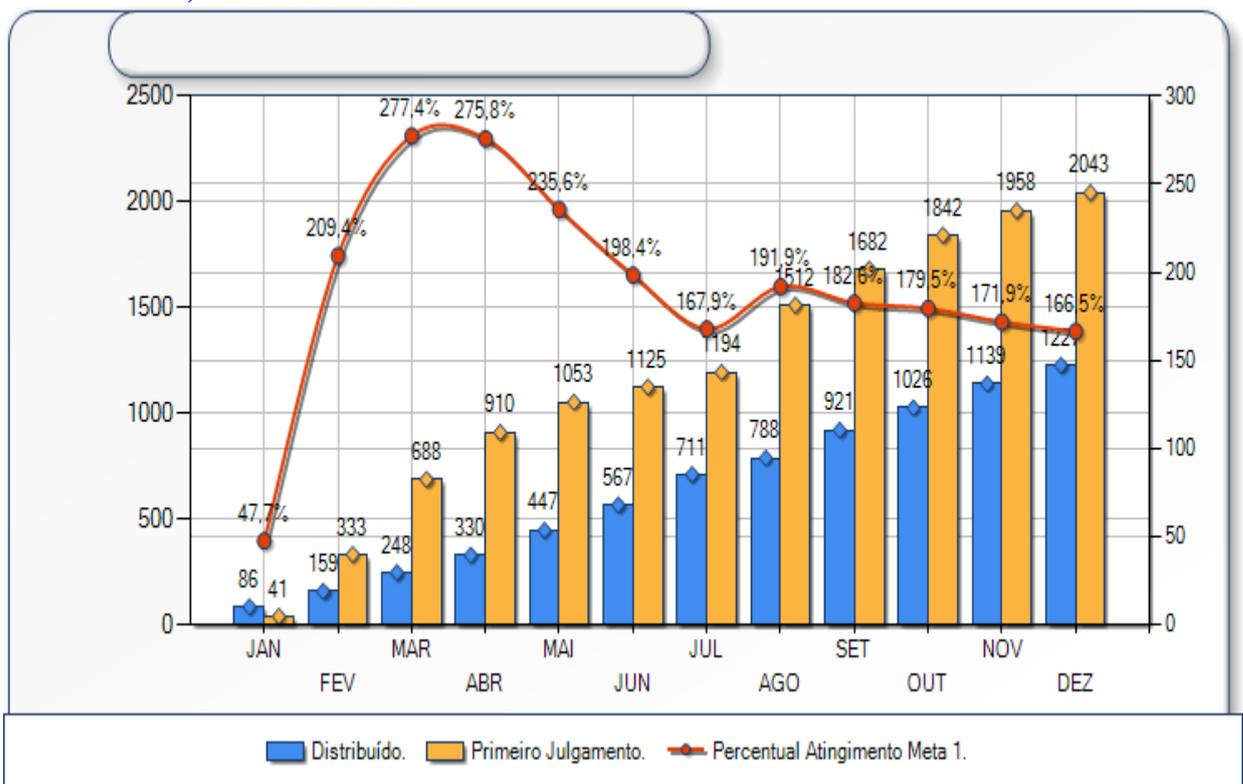
Metas Nacionais para 2014 aprovadas no VII Encontro Nacional do Judiciário

I - META 1/2014

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Ano de 2013: Gráfico do Portal de Estatísticas da 2ª Região.

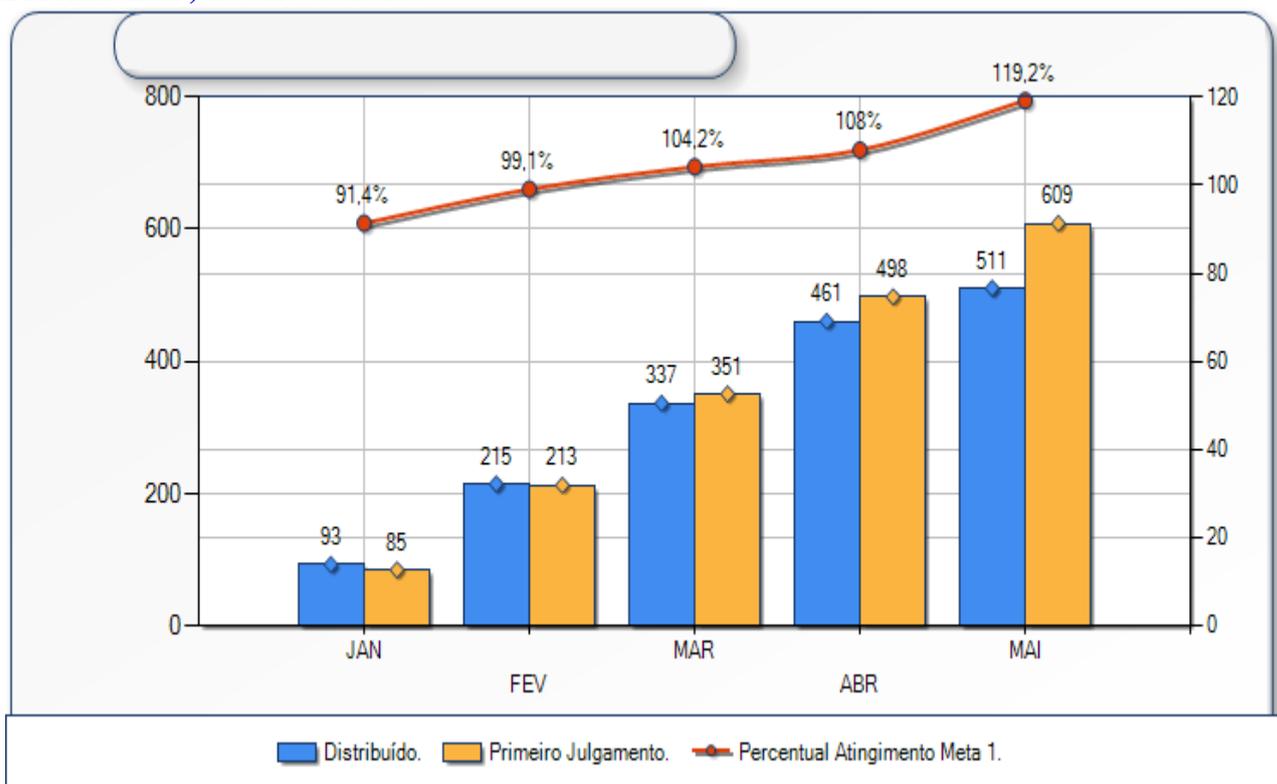
Meta 1 - Acompanhamento Acumulado (02ª VARA FEDERAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA) no ano de 2013.



Verifica-se pelo gráfico extraído de Portal de Estatísticas da 2ª Região que durante o ano de 2013 o Juízo correicionado cumpriu a meta de julgar mais processos que os distribuídos.

Situação parcial - ano de 2014: Gráfico do Portal de Estatísticas da 2ª Região.

Meta 1 - Acompanhamento Acumulado (02ª VARA FEDERAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA) no ano de 2014.



Verifica-se pelo gráfico extraído de Portal de Estatísticas da 2ª Região que, em relação ao ano de 2014, o Juízo correicionado vem apresentando desempenho suficiente para o cumprimento da meta 1/2014.

II - META 2/2009

Julgar todos os processo distribuídos até 31/12/2005.

Segundo o relatório extraído do Portal de Estatísticas em 15/05/2014, constam pendentes de julgamento 08 (oito) processos distribuídos até 31/12/2005. Registre-se, por oportuno, que os autos dos processos inspecionados se encontram devidamente identificados com a etiqueta de prioridade legal aposta na capa, não sendo, entretanto, separados na Secretaria dos demais processos. Por amostragem, destacam-se os seguintes feitos:

- **0485453-31.1900.4.02.5101 – Distribuição em 12/08/1982, redistribuído ao Juízo Correicionado em 12/03/2012, convertido em diligência para realização de audiência, designada para o dia 27/03/2014, constando várias movimentações cartorárias tipo processamento em 07/02, 27/02, 27/03, 02/04, e 25/04 de 2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde então, não havendo notícias no sistema do resultado da audiência.**

- **00001889520034025108 – Distribuição em 03/02/2003, redistribuído ao Juízo Correicionado em 14/03/2012, com despacho de ratificação do recebimento da denúncia e expedição de carta precatória para oitiva de testemunhas de acusação, registrado no sistema em 21/02/2014, constando movimentação cartorária tipo aguardando devolução de carta precatória (expedida em 07/03/2014), realizada em 21/03/2014. Registre-se, por oportuno, que o MPF, em 28/01/2014, alertou para a proximidade da ocorrência da prescrição penal (06/06/2014), faltando à época 04 (quatro) meses para a sua consumação. Por fim, ressalte-se que o referido expediente ainda não foi devolvido ao Juízo Correicionado, não havendo nos autos notícia de seu cumprimento pelo Juízo Deprecado.**

Encontram-se com o seu processamento regular os processos de nº0000390-04.2005.4.02.5108, 0930672-02.1900.4.02.5101, 0021749-17.1994.4.02.5101, 02024953519984025101, 02024962019984025101 e 0000384-65.2003.4.02.5108.

OBS: Registre-se que os processos integrantes deste critério, se encontram em fase final de instrução, pendentes de perícia técnica para a sua finalização.

III - META 2/2010

**Julgar todos os processo distribuídos até
31/12/2006.**

Segundo o relatório extraído do Portal de Estatísticas em 15/05/2014, consta pendente de julgamento o processo nº 0001055-83.2006.4.02.5108, distribuído em 05/12/2006, redistribuído ao Órgão Correicionado em 09/03/2012, encontrando-se concluso para sentença em 20/01/2014, restando regular o seu processamento.

IV - META 2/2014

Julgar 100% dos distribuídos até 2008 e 80% dos distribuídos em 2009 no primeiro grau, 100% dos distribuídos até 2010 e 80% dos distribuídos em 2011 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais.

Segundo o relatório extraído do Portal de Estatísticas em 15/05/2014, constam pendentes de julgamento no Juízo Correicionado, 02 (dois) processos incluídos no critério 2013.

Assim sendo, segue o detalhamento do seu andamento processual:

- **0001267-36.2008.4.02.5108** – Distribuição em 18/12/2008, redistribuído ao Juízo Correicionado em 14/03/2012, com despacho de intimação das partes

para realização de perícia em 27/05/2014, assinado o prazo de 30 dias para a entrega do laudo pericial, publicado em 14/05/2014, constando remessa dos autos ao MPF em 12/05/2014 e devolvido em 15/05/2014, restando regular o seu processamento.

- **0000787-58.2008.4.02.5108** – Distribuição em 01/09/2008 , redistribuído ao Órgão Correicionado em 12/03/2012, encontrando-se concluso para sentença em 12/05/2014, restando regular o seu processamento.

V - META 4/2014

Identificar e julgar as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, 100% das distribuídas até 31/12/2011 e 50% das ações distribuídas em 2012.

Segundo o relatório extraído do Portal de Estatísticas em 15/05/2014, constam pendentes de julgamento no Juízo Correicionado, 03 (três) processos de improbidade administrativa, da classe de ação civil pública, e 05 (cinco) de crimes contra a administração pública

AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS

Segundo o relatório extraído do Portal de Estatísticas em 15/05/2014, constam pendentes de julgamento no Juízo Correicionado, 03 (três) processos de improbidade administrativa, da classe de Ação Civil Pública.

Sendo assim, segue o detalhamento do seu andamento processual:

- 0000627-28.2011.4.02.5108 – Distribuição em 24/05/2011 e redistribuído em 12/03/2012, estando concluso para decisão em 02/04/2014, cujo objeto é o de fornecimento de água – Meio Ambiente, não havendo qualquer relação com improbidade administrativa, não obstante constar como integrante da Meta 4/2014.

Encontram-se com o seu processamento regular os processos nº 0000627-28.2011.4.02.5108, 00005147420114025108, 0000011-19.2012.4.02.5108.

AÇÕES ORDINÁRIAS

Segundo o relatório extraído do Portal de Estatísticas em 15/05/2014, não consta no Juízo Correicionado ação ordinária de improbidade administrativa.

AÇÕES PENAIS RELACIONADAS A CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Segundo o relatório extraído do Portal de Estatísticas em 15/05/2014, constam pendentes de julgamento 05 (cinco) processos de crimes contra a administração pública. Segue, então, o detalhamento do seu processamento:

Encontram-se com o seu processamento regular os processos nº0002454-45.2009.4.02.5108, 0001186-48.2012.4.02.5108, 0001107-11.2008.4.02.5108, 0000916-34.2006.4.02.5108 (concluso para sentença em 13/05/2014), 0000105-19.2011.4.02.5102.

Todos os processos se encontram devidamente identificados por meio de etiqueta na capa dos autos e com controle de prescrição pela pena máxima em abstrato.

VI - META 5/2014

Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença.

À vista de ainda não terem sido disponibilizados no Portal de Estatísticas da 2ª Região mapas relativos à Meta 5, foram consultados os mapas relativos à Meta 3/2013, quanto ao total de processos em trâmite de execução fiscal e não-fiscal, em maio/2013 e maio/2014, a saber:

- maio/2013: total de 2.579 processos de execução fiscal e 168 não-fiscal;
- maio/2014: total de 1.675 processos de execução fiscal e 170 não-fiscal.

Verificou-se no período uma redução significativa de 904 processos em matéria fiscal, mantido o acervo das ações não-fiscais.

Fonte: Foram analisados os feitos constantes dos Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 15.05.2014.

Levantamento de dados e análise efetuados por:

Fernando Antonio Serro Pombal

PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA MATÉRIA CÍVEL

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO

Conforme Mapa Estatístico emitido em 15/05/2014, não consta processo de Mandado de Segurança Coletivo/Outros em tramitação no Juízo Correicionado.

AÇÃO POPULAR

Conforme Mapa Estatístico emitido em 15/05/2014, consta o processo nº 0000499-08.2011.4.02.5108 que se encontra suspenso desde 29/08/2013, até a realização de audiência de conciliação no processo nº 0000712-19.2008.4.02.5108, designada para o dia 19/02/2014, **sendo certo que, ultrapassada essa data, não há nos respectivos autos notícia do seu resultado.**

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Conforme Mapa Estatístico emitido em 15/05/2014, constam em tramitação no Juízo Correicionado, 26 (vinte e seis) ações civis públicas da classe 6001, restando 03 (três) suspensas e 01 (uma) aguardando julgamento de recurso; 07 (sete) ações civis públicas de improbidade, classe 6006.

Assim sendo, por amostragem, segue o detalhamento daquelas que se destacaram:

CLASSE 6001 - GENÉRICA

Encontram-se com o seu processamento regular os processos de nº 0000192-20.2012.4.02.5108, 0000483-64.2005.4.02.5108, 0017457-03.2005.4.02.5101, 0001268-21.2008.4.02.5108, 0001269-06.2008.4.02.5108, 0000680-82.2006.4.02.5108, 0001055-83.2006.4.02.5108, 0001270-88.2008.4.02.5108.

CLASSE 6006 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Encontram-se com o seu processamento regular os processos de nº 0001777-44.2011.4.02.5108, 0000011-19.2012.4.02.5108, 0145152-35.2013.4.02.5108.

ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Conforme Mapa Estatístico emitido em 15/05/2014, não consta ação ordinária de improbidade administrativa em tramitação no Juízo Correicionado.

AÇÃO DE USUCAPIÃO

Conforme Mapa Estatístico emitido em 15/05/2014, constam 05 (cinco) ações de usucapião em tramitação no Juízo Correicionado.

Assim sendo, por amostragem, segue o detalhamento daquelas que se destacaram:

Encontram-se com o seu processamento regular os processos nº 0000755-82.2010.4.02.5108, 0000892-64.2010.4.02.5108, 0002004-05.2009.4.02.5108, 0002023-74.2010.4.02.5108.

AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO

Conforme Mapa Estatístico emitido em 15/05/2014, consta o processo nº 0485453-31.1900.4.02.5101, distribuído em 12/08/1982 e redistribuído ao Juízo Correicionado em 12/03/2012, convertido em diligência para **designar audiência a ser realizada em 27/03/2014, publicado em 12/12/2013, constando movimentação cartorária tipo processamento, realizada em 25/04/2014, sendo certo que não há nos autos notícia do seu resultado.**

AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE

Conforme Mapa Estatístico emitido em 15/05/2014, constam 37 (trinta e sete) ações ordinárias de reintegração/manutenção de posse em tramitação no Juízo Correicionado, restando 05 (cinco) suspensas.

Assim sendo, por amostragem, segue o detalhamento daquelas que se destacaram:

- **0000145-12.2013.4.02.5108 – Distribuição em 25/02/2013, concluso para despacho em 27/03/2014, sendo certo que o feito se encontra**

paralisado desde então, não obstante a juntada de petição em 31/03/2014.

- 0202495-35.1998.4.02.5101 - Distribuição em 04/05/1998, redistribuído em 09/03/2012 ao Órgão Correicionado em 09/03/2012, com despacho de vista por 05 dias, conforme requerido, registrado no sistema em 16/07/2013, constando movimentação cartorária tipo aguardando atendimento, realizada em 15/05/2014, sendo certo que, não obstante o despacho proferido, o feito fora remetido ao perito somente em 28/04/2014, com devolução em 15/05/2014, configurando atraso em seu processamento.

- 0930672-02.1900.4.02.5101 - Distribuição em 27/02/1987, redistribuído ao Órgão Correicionado em 09/03/2012, não obstante a regularidade do seu processamento, o feito integra a chamada Meta 2.

- 0001600-46.2012.4.02.5108 - Distribuição em 08/08/2012, redistribuído em 13/08/2012 ao Órgão Correicionado, com despacho de expedição de novos mandados de citação, proferido em 20/08/2013, constando movimentação cartorária tipo processamento, realizada em 12/03/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde a devolução do último mandado em 10/10/2013.

- 0001620-37.2012.4.02.5108 - Distribuição em 07/08/2012, com despacho de expedição de novos mandados de citação, proferido em 20/08/2013, constando movimentação cartorária tipo processamento, realizada em 12/03/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde 10/10/2013, com a devolução do último mandado positivo.

- 0001625-59.2012.4.02.5108 - Distribuição em 07/08//2012, redistribuído em 13/08/2012, com despacho de expedição de novos mandados de citação, proferido em 20/08/2013, constando movimentação cartorária tipo processamento, realizada em 14/03/2014, sendo certo que o feito se encontra paralisado desde a devolução do último mandado positivo em 02/11/2013, não obstante a juntada de petição em 23/10 e 05/11.

- Encontram-se com o seu processamento regular os processos:
0001605-68.2012.4.02.5108, 0001610-90.2012.4.02.5108,
0001615-15.2012.4.02.5108, 0001601-31.2012.4.02.5108,
0001606-53.2012.4.02.5108, 0001611-75.2012.4.02.5108.

CARTA PRECATÓRIA

Conforme Mapa Estatístico emitido em 15/05/2014, constam 01 (uma) Carta Precatória cível (classe 8001), 02 (duas) Cartas Precatórias/Previdenciárias e 03 (três) Cartas Rogatórias, estando 01 (uma) suspensa, em tramitação no Juízo Correicionado

Assim sendo, por amostragem, segue o detalhamento daquelas que se destacaram:

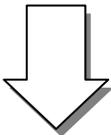
Encontram-se com o seu processamento regular os processos:
0000617-76.2014.4.02.5108, 0000729-45.2014.4.02.5108,
0000437-60.2014.4.02.5108, 0000519-91.2014.4.02.5108,
0001664-90.2011.4.02.5108.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR - FERNANDO ANTONIO SERRO POMBAL

Fonte: Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao mês de maio/2014, Planilha Apolo Excel - Intimados e Sistema Apolos – módulo Secretaria – Cadastro de Processo.

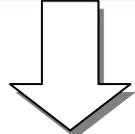
PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

HABEAS CORPUS



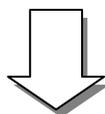
Conforme Mapa Estatístico, emitido em 15/05/2014, não consta processo de Habeas Corpus em tramitação no Órgão Correicionado.

PROCESSOS COM RÉU PRESO



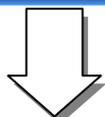
Segundo o Mapa Estatístico, emitido em 15/05/2014, consta 01 (um) processo com 01 (um) réu preso em tramitação no Órgão Correicionado, inquérito policial de nº 0000513-84.2014.4.02.5108, para apurar crime previsto no art. 33, caput e § 1º, da Lei 11.346/06, com denúncia oferecida e ainda não recebida, o qual fora remetido ao MPF para manifestação acerca de bem apreendido, em 15/05/2014, não tendo sido constatada qualquer regularidade em seu processamento.

DEMAIS PROCESSOS



Não há dados a relatar.

PROCESSOS COM EXPEDIÇÃO DE CARTA DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL



Em entrevista com o Diretor de Secretaria e analisando o Mapa de expedientes expedidos, não consta no Juízo Correicionado processos com carta de execução de sentença penal expedida.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR:
FERNANDO ANTONIO SERRO POMBAL

PROCESSOS COM SENTENÇA CONDENATÓRIA



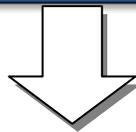
Em entrevista com a Diretora de Secretaria e analisando o Mapa Estatístico de processos intimados, emitido em 15/05/2014, foi constatada a existência de 02 (dois) processos com sentença condenatória, tendo sido observada a seguinte situação:

- processo nº 0000364-98.2008.4.02.5108, distribuído em 28/04/2008 e redistribuído em 14/03/2012, da classe Juizado/Ações Penais, denúncia oferecida em 08/02/2012 e recebida em 17/02/2012, com sentença condenatória (art. 60, da Lei 9.605/98), proferida em 14/01/2014, **transitou em julgado em 24/04/2014, não tendo sido ainda iniciada a sua execução com a determinação da expedição da carta de execução de sentença penal e ofícios de praxe. Sem controle de prescrição.**

- processo nº 0000164-86.2011.4.02.5108, distribuído em 25/01/2011, redistribuído em 08/03/2012, denúncia oferecida em 17/10/2011 e recebida em 18/10/2011, com sentença condenatória (art. 334, caput, do CPB) proferida em 20/03/2014, sem trânsito em julgado, aguardando intimação do réu para ciência da sentença. **Controle da prescrição pela pena máxima em abstrato.**

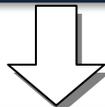
LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR :
FERNANDO ANTONIO SERRO POMBAL

PROCESSOS COM REVOGAÇÃO DE
ORDEM DE PRISÃO



Segundo o Diretor de Secretaria e o relatório de expedientes expedidos, não há no Órgão Correicionado processos cuja ordem de prisão tenha sido revogada e que, em consequência, tenha havido recolhimento do respectivo mandado de prisão.

EXPEDIÇÃO E ENCAMINHAMENTO DO BIC:



Segundo o Diretor de Secretaria, não há no Órgão Correicionado processo com expedição de BIC.

CONTROLE DE INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO PENAL:



Conforme o Mapa Estatístico emitido em 15/05/2014, constam 68 (sessenta e oito) ações penais em trâmite no Órgão Correicionado. Em análise por amostragem, verificou-se as seguintes situações em relação ao controle de incidência da prescrição penal:

- **00001889520034025108** – Distribuição em 03/02/2003, redistribuído ao Juízo Correicionado em 14/03/2012, com despacho de ratificação do recebimento da denúncia e expedição de carta precatória para oitiva de testemunhas de acusação, registrado no sistema em 21/02/2014, constando movimentação cartorária tipo aguardando devolução de carta precatória (expedida em 07/03/2014), realizada em 21/03/2014. Registre-se, por oportuno, que o MPF, em 28/01/2014, alertou para a proximidade da ocorrência da prescrição penal (06/06/2014), faltando à época 04 (quatro) meses para a sua consumação. Por fim, ressalte-se que o referido expediente ainda não foi devolvido ao Juízo Correicionado, não havendo nos autos notícia de seu cumprimento pelo Juízo Deprecado.

- **00005159320104025108** – Distribuição em 05/05/2010, redistribuído ao Juízo Correicionado em 12/12/2013, com denúncia oferecida em 20/07/2011 e

recebida em 29/07/2011, restando suspensa pelo art. 89, da Lei 9.099/95, sendo certo que não há qualquer controle de incidência da prescrição penal.

Encontram-se com o efetivo controle de incidência da prescrição penal (etiqueta na capa dos autos e cópia da certidão na contracapa dos autos e certidão dentro dos autos e registro no sistema), os processos nº 00019957220114025108, 2009.5108002454-4, 00000621120044025108, 000002063820114025108, 00013664020074025108, 00007618920104025108, 00021284620134025108, 00002294720124025108, 00001051920114025102, 08046628720094025101, 2007.5108001511-0.

OBS: Inspeccionadas as ações penais, constatou-se que o Órgão Correicionado realiza o controle de incidência da prescrição penal pela pena máxima cominada em abstrato, contrariando, assim, o disposto no art. 248, III, da Consolidação das Normas da Corregedoria, não obstante a regularidade de sua tramitação.

Assim sendo, registre-se a ocorrência da prescrição penal nos processos nº 08060424820094025101, 08046628720094025101, 00014714120124025108, 00000656820014025108, 00023488320094025108, 00674440219964025108, 00014030920034025108, 02000387219994025108, 00005385420014025108, cuja cópia das respectivas sentenças de extinção da punibilidade encontram-se acostadas aos autos do processo de correição.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR :
FERNANDO ANTONIO SERRO POMBAL

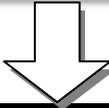
RECOLHIMENTO DE MANDADO DE PRISÃO A CONTAR DA REVOGAÇÃO:



Conforme informado pelo Supervisor Criminal, não há no órgão correicionado processo com recolhimento do mandado de prisão.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR:
FERNANDO ANTONIO SERRO POMBAL

CARTA PRECATÓRIA PENAL:



Conforme relatório de movimentação processual, extraído do sistema Apolo, em 15/05/2014, constam 08 (oito) cartas precatórias em matéria penal, classe 28001.

Assim sendo, por amostragem, destacam-se os seguintes processos:

- 0000525-98.2014.4.02.5108 – Distribuição em 24/03/2014, com despacho de cumprimento da carta e designação de audiência para o dia 08/05/2014, proferido em 27/03/2014, constando movimentação cartorária tipo aguardando audiência, realizada em 11/04/2014, sendo certo que não há no sistema o lançamento do resultado da referida audiência.

Encontram-se com o seu processamento regular os processos nº 0000642-89.2014.4.02.5108, 0000681-86.2014.4.02.5108, 0000730-30.2014.4.02.5108.

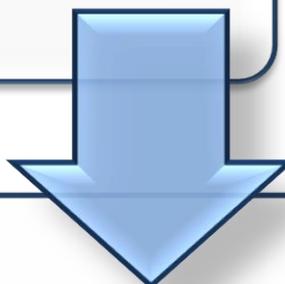
OBS: Não obstante a regularidade do seu processamento, as cartas precatórias nº 00012750220114025110, 00015918420124025108, 00018216320114025108, 00015086820124025108, 00015918420124025108, classificadas como Precatória Penal (classe 28001), tramitam na forma de fiscalização do cumprimento das condições de suspensão do processo, classe 28005, conforme deprecado pelo Juízo da Ação Penal.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR
Fernando Antonio Serro Pombal

AUDIÊNCIAS

(De novembro /2013 a maio/2014)

- **TOTAL - 104 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS**, sendo a primeira de novembro/2013 e a última de maio/2014



NÚMERO DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS MENSALMENTE

◦ novembro 2013 -	15
◦ dezembro 2013 -	17
◦ janeiro 2014 -	17
◦ fevereiro 2014 -	20
◦ março 2014 -	08
◦ abril 2014 -	15
. maio 2014 -	12

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR :
FERNANDO ANTONIO SERRO POMBAL

Fonte: Mapa - Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

PROCESSAMENTO DE FEITOS (FÍSICOS/VIRTUAIS)

INICIAIS/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA



Segundo o questionário de autoinspeção, no item 3.6.1, para as iniciais/prevenção são adotados os procedimentos previstos nos arts. 305 a 317 da CNRC, como também para verificação das condições da ação, requisitos e pressupostos processuais e a ocorrência da situação prevista no art. 285-a do CPC.

FEITOS ELETRÔNICOS

Analisando os locais eletrônicos no sistema Apolo da Vara, não encontramos nenhum endereço virtual para as iniciais, nem para denúncia pois esse controle é feito na planilha do NPROC – Núcleo de Suporte aos Sistemas Processuais.

FEITOS CÍVEIS

O servidor responsável informou que prepara o despacho inicial e faz a análise quando há termo de prevenção, encaminhando os autos ao Juiz. Se for decisão não padronizada, os autos são remetidos aos assessores do gabinete (02: um responsável pelos processos de final par e outro pelos processos de final ímpar). Todas as iniciais são eletrônicas, exceto as cartas precatórias.

FEITOS CRIMINAIS

Em entrevista com o servidor responsável, foi informado que as denúncias vão para um escaninho próprio e, semanalmente, são analisadas. No caso de não recebimento, a Juíza lança uma decisão rejeitando-a; em caso de recebimento, existe uma minuta padrão que o próprio servidor lança nos autos.

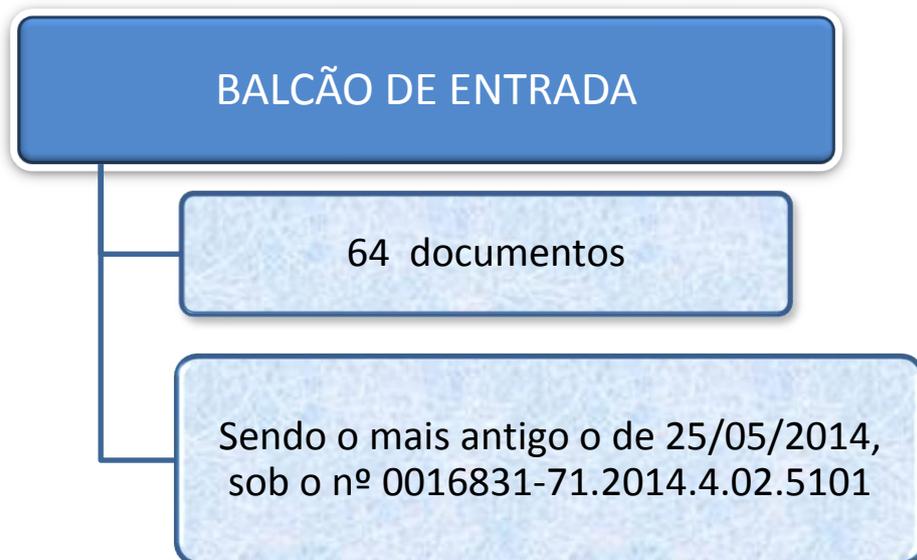
EXECUÇÃO FISCAL

Em entrevista, o servidor responsável informou que todas as iniciais são eletrônicas. Elas são analisadas, diariamente, no balcão de entrada, com o lançamento das minutas respectivas e, em seguida, enviadas ao Juiz para a assinatura. Posteriormente, são encaminhadas a um lugar específico, intitulado “para intimar”.

JUIZADO ESPECIAL FEDERAL – JEF

Em entrevista, o servidor informou que a inicial é analisada no próprio gabinete por um servidor responsável e que essa medida foi adotada pela Juíza Titular com a intenção de sentenciar mais rapidamente casos em que já existam sentenças padronizadas. Uma vez analisada a inicial e feita a triagem, a minuta é redigida e encaminhada à Juíza que decide, de imediato, exceto nos casos de perícia, quando os autos vão para o cartório.

Fone: Questionário de Autoinspeção. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário) e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.



Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).



PROCESSOS ELETRÔNICOS

Analisando os locais eletrônicos no Sistema Apolo da Vara correicionada, não foi encontrado nenhum endereço virtual para prevenção, pois esse controle é feito na planilha do NPROC – Núcleo de Suporte aos Sistemas Processuais.

FEITOS CÍVEIS

A prevenção é analisada pelo servidor responsável pelos feitos cíveis. Havendo prevenção, faz-se um despacho e encaminha-se o processo para o Juiz. Não havendo prevenção, o servidor certifica. O mesmo servidor informa que o processo é distribuído antes da análise da prevenção. Quando os autos chegam

à Vara para a referida análise, já foi distribuído e, havendo ou não prevenção, o processo fica, exceto se houver prevenção com outra vara federal.

FEITOS CRIMINAIS

Em entrevista, o servidor responsável informa que, quanto à prevenção, o servidor da Distribuição pesquisa no sistema Apolo para ver se há alguma relação com processos em andamento na 1ª Vara Federal de São Pedro D'Aldeia, distribuindo a denúncia a partir desta informação. Esta determinação foi dada pelo Juízo da 2ª Vara Federal de São Pedro D'Aldeia.

EXECUÇÃO FISCAL

Em entrevista, o servidor responsável informou que não há prevenção.

JUIZADO ESPECIAL FEDERAL – JEF

Segundo o servidor responsável, a prevenção é analisada no próprio gabinete. Analisada a prevenção, é redigida minuta de despacho e encaminhada à Juíza que decide de imediato.

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO - 05



P/DESPACHO: há mais de 30 dias	P/DECISÃO: há mais de 60 dias	P/SENTENÇA: há mais de 180 dias
<ul style="list-style-type: none">• Matéria Cível - 03• Matéria Penal - 00• Execução Fiscal - 00	<ul style="list-style-type: none">• Matéria Cível - 02• Matéria Penal - 00• Execução Fiscal - 00	<ul style="list-style-type: none">• Matéria Cível - 00• Matéria Penal - 00• Execução Fiscal - 00

O mapa de processos concluídos, extraído do Sistema Apolo, posição em 15/05/2014, apresenta 03 processos concluídos para despacho há mais de 30 dias e 02 processos concluídos para decisão há mais de 60 dias. A saber:

Processo concluído com final ímpar:

00001451220134025108. Despacho determinando a inclusão de réus indicados na inicial no polo passivo e cadastramento do INCRA como assistente dos réus, proferido em 27/03/2014, constando como último movimento em 31/03/2014: “juntada”.

Os processos abaixo relacionados apresentaram regular andamento:
00001612020074025158; 00008291520124025158; 00006177620144025108;
00003193120144025158.

PROCESSOS CONCLUSOS P/SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 00



Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Concluídos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO :



ENTRE 31 E 60 DIAS:

• 250

HÁ MAIS DE 60 DIAS:

• 77

O mapa de processos parados, extraído do Sistema Apolo, em 15/05/2014, apresenta 250 feitos parados entre 31 e 60 dias e 99 feitos há mais de 60 dias.

Visto, por amostragem, observou-se no processo parado, abaixo relacionado, com final par, a seguinte situação:

00011864820124025108. Parado há 80 dias, sendo o último movimento em 24/02/2014, aguardando devolução de carta precatória.

Os processos abaixo discriminados apresentaram regular andamento:

00000647320074025108; 00011247120134025108; 00002886920114025108;
00008285420104025108; 00012668020104025108; 00014287520104025108;
00013126420134025108; 00011868220114025108; 00000106320144025108;
00008284920134025108; 00011443820084025108; 00010121020104025108;
00012242620134025108; 00012320820104025108; 00008389820104025108;
00012460220114025158; 00013664020074025108.

Vistos, por amostragem, os processos parados com final ímpar, abaixo relacionados, constatou-se que tiveram regular andamento:

00013270920084025108; 00001134620094025108; 00009299620074025108;
00001415320054025108; 00024313120114025108; 00010051820104025108;
00003137720144025108; 00018017220114025108; 00005493920084025108;
00008277420074025108; 01034030420144025108; 00004437220114025108;
00008634820094025108; 00010493720104025108; 00014555820104025108;
00029535820114025108.

De acordo com o mesmo mapa de processos parados, extraído em 15/05/2014, há um total de 327 processos parados (250 entre 31 e 60 dias e 77 há mais de 60 dias), com a seguinte classificação:

03 processos parados da classe 1001 (ordinária/tributária);
01 processo da classe 1002 (ordinária/previdenciária);
03 processos da classe 1003 (ordinária/servidores públicos);
03 processos da classe 1004 (ordinária/imóveis);
17 processos da classe 1005 (ordinária/outras);
23 processos da classe 4002 (execução por título extrajudicial);
01 processo da classe 4009 (cumprimento de ordem);
02 processos da classe 4010 (execução de sentença);
02 processos da classe 5009 (ação de usucapião);
08 processos da classe 5011 (reintegração/manutenção de posse);
14 processos da classe 5013 (ação monitória);
01 processo da classe 5019 (ação de imissão na posse);
05 processos da classe 5045 (ação de busca e apreensão);
01 processo da classe 10008 (cautelar inominada);
01 processo da classe 10029 (cautelar de protesto);
04 processos da classe 12001 (embargos à execução);
03 processos da classe 12006 (embargos à execução fiscal);

04 processos da classe 21000 (ação penal);
42 processos da classe 51001 (juizado/cível)
48 processos da classe 51002 (juizado/previdenciária).

PROCESSOS PARADOS ENTRE 121 E
180 DIAS E HÁ MAIS DE 180 DIAS -
EXECUÇÃO FISCAL: 00



Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA
(Físicos e virtuais)

AGUARDANDO JUNTADA,
EM 15/05/2014

• 40 documentos

Analisando o mapa de petições pendentes de juntada do Sistema Apolo, de 15/05/2014, por amostragem, constatou-se o regular andamento no decorrer da inspeção, eis que tiveram suas petições juntadas.

00000415920094025108; 00020040520094025108; 00000010420144025108;
00027587320114025108; 01215256520144025108; 00022457120124025108;
01151967120134025108; 00008371120134025108; 00006064720144025108.

PROCESSOS ELETRÔNICOS

Analisando os locais eletrônicos da Vara, ora correicionada, no Sistema Apolo, não encontramos nenhum endereço virtual para documentos pendentes.

FEITOS CÍVEIS

Em entrevista, o servidor responsável nos informou que as petições pendentes são organizadas por uma servidora responsável e são juntadas, diariamente, tanto físicas, quanto eletrônicas. Quanto às petições de processos que estão fora, com carga, são guardadas e organizadas numa pasta, quando petições físicas; quanto às petições eletrônicas, ficam disponíveis no Sistema Apolo em um escaninho próprio.

FEITOS CRIMINAIS

O servidor responsável informou que as petições pendentes são organizadas numa pasta que fica em sua mesa; elas são juntadas diariamente, exceto aquelas em que os processos não estão no cartório.

EXECUÇÃO FISCAL

As petições são juntadas, diariamente e são controladas pelo relatório “petições pendentes” da Corregedoria do TRF da 2ª Região. Quanto às petições físicas, se o processo estiver no cartório, a juntada é feita imediatamente; se o processo estiver fora do cartório, com carga, a petição é organizada e guardada em uma pasta até o retorno do processo.

JUIZADO ESPECIAL FEDERAL – JEF

Em entrevista, o servidor responsável informou que as petições físicas são juntadas, semanalmente. Na Vara há, apenas, 15 processos físicos; quanto às petições virtuais, há uma servidora responsável que faz a juntada, diariamente.

VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE
CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS



Nos feitos virtuais, encontramos os seguintes endereços para controle de prazos:

“Escaninho – prazo”, com 252 documentos, sendo o mais antigo o de 21/02/2014, sob o nº 0012083-93.2011.4.02.5101;

“Escaninho – ag. resp. ofício”, com 18 documentos, sendo o mais antigo o de 17/03/2014, sob o nº 0016657-91.2013.4.02.5101;

“Escaninho – ag. juntada de mandados e ofícios”, 201 documentos, sendo o mais antigo o de 10/03/2014, sob o nº 0014845-82.2011.4.02.5101.

FEITOS CÍVEIS

Em entrevista, o servidor responsável informou que o controle de prazo é feito na planilha NPROC – Núcleo de Suporte aos Sistemas Processuais, com movimento 51, tanto para processos eletrônicos, quanto para processos físicos. Nessa planilha, o servidor responsável pode acompanhar os processos com prazos vencidos.

FEITOS CRIMINAIS

Em entrevista, o servidor responsável informou que os prazos são controlados pela planilha do NPROC – Núcleo de Suporte aos Sistemas Processuais. Quanto

ao controle de prazo para manifestação, os processos são organizados em escaninhos próprios.

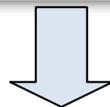
EXECUÇÃO FISCAL

O servidor responsável, em entrevista, faz o controle de prazo utilizando a planilha do NPROC – Núcleo de Suporte aos Sistemas Processuais, diariamente; conjuntamente, utiliza o relatório de processos parados da Corregedoria do TRF da 2ª Região. Há escaninhos específicos para o controle de prazo, tanto de processos físicos, quanto de processos eletrônicos.

JUIZADO ESPECIAL FEDERAL – JEF

Nos processos eletrônicos, apesar de ter locais virtuais para o controle de prazo, também é utilizada a planilha do NPROC – Núcleo de Suporte aos Sistemas Processuais, que facilita o acompanhamento dos processos mais antigos. Esse trabalho é dividido entre 02 servidores.

CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS,
MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)



Nos feitos virtuais, encontramos os seguintes endereços para cumprimento de ordem

“Escaninho – expedição”, com 48 documentos, sendo o mais antigo o de 10/04/2014, sob o nº 0033068-15.2013.4.02.5101;

“Escaninho – exped. RPV/PRECATÓRIO”, com 17 documentos, sendo o mais antigo o de 03/04/2014, sob o nº 0007217-76.2010.4.02.5101.

FEITOS CÍVEIS

Segundo o servidor responsável, o juiz dá o despacho e intima. O cumprimento da ordem é realizada por uma servidora, sendo que ela mesma acompanha. Toda essa organização é feita na Planilha do NPROC – Núcleo de Suporte aos Sistemas Processuais, que busca os dados no Sistema Apolo, na hora que é gerada. Hoje, segundo o mesmo servidor, já estão sendo feitos on line, à medida que a ordem chega. As medidas de urgência sempre foram feitas com cumprimento imediato. No caso de ação civil pública e mandado de segurança, a orientação da Juíza titular é no sentido de que seja feito, imediatamente.

FEITOS CRIMINAIS

Em entrevista, foi informado que há um servidor responsável pelo cumprimento de ordem às diversas expedições. São organizadas em escaninhos próprios e lançadas no movimento 51 “expedir” do Sistema Apolo. Essa planilha é consultada, semanalmente.

EXECUÇÃO FISCAL

Sendo caso de expedição, lança-se o movimento “expedir mandado”, que é feito por uma servidora responsável. Foi criado um padrão no próprio Sistema Apolo em que uma vez lançada uma expedição, automaticamente já vai para a mesa virtual da servidora responsável, que acompanha o referido cumprimento.

JUIZADO ESPECIAL FEDERAL – JEF

A servidora responsável organiza e acompanha as expedições determinadas pelo Juiz Titular e pelo Juiz Substituto. Há uma estagiária que fica responsável para verificar e também ajudar no acompanhamento das expedições, exceto carta precatória que fica sob a responsabilidade de uma servidora. Esse controle é feito pela Planilha NPROC – Núcleo de Suporte aos Sistemas Processuais, mas são utilizados, também, os relatórios de processos parados da Corregedoria do TRF 2ª Região.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário)

TOTAL DE PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA EM 15/05/2014:		
16		
03 - segredo absoluto	07 - segredo do sistema	06 - segredo de peças

Analisando o mapa do Sistema Apolo, extraído em 15/05/2014, referente a processos com segredo de justiça, constatou-se que todos os processos, tanto com final par quanto com final ímpar, apresentaram regular andamento:

Com final par:

06512601419994025108; 00008887120034025108; 00002986020044025108; 00009464020044025108; 00003805220084025108; 00010662820094025102; 00019881720104025108; 00005147420114025108; 00005147420114025108; 00020825720134025108; 00021345320134025108; 00009561620134025158.

Com final ímpar:

00008177420004025108; 00008696020064025108; 00022531420134025108; 00006211620144025108.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

PUBLICAÇÕES

PUBLICAÇÕES (Mapa de
11/2013 a 05/2014)

- TOTAL de processos publicados: 2.873
- TOTAL de boletins: 264

MÉDIA
PROCESSOS/BOLETINS:

- 10,88 PROCESSOS

TEMPO MÉDIO DE
DIAS/PUBLICAÇÃO:

- N/A

BOLETINS PENDENTES DE
ENVIO:

- 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações.

PROCESSOS COM REMESSA
INTERNA/PRAZO (em 15/11/2013
até 15/05/20/14)

Contadoria
31

Distribuição
10

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
JOSE VICENTE BENEVENUTI

Fonte: Mapa - Relatório de Processos Recebidos/Remetidos - módulo Consultas e Relatórios,
do Sistema Apolo (somente não devolvidos).

SUSPENSÃO DE PROCESSOS

NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS SUSPENSOS:

CÍVEIS - 187

CRIMINAIS - 37

EXECUÇÃO FISCAL - 1.262

DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Presente em todos os processos analisados por amostragem.

MOTIVO DA SUSPENSÃO

- Repercussão geral - 51
- Aguardando decisão de instância superior - 192
- Art. 366, CPP - 14
- Art. 89, Lei 9.099/95 - 10
- Cumprimento Precatório/RPV - zero
- Embargos à execução - 02
- Art. 40, Lei 6.830/80 - 10
- Art. 40, §2º, LEF (arquivamento sem baixa) - 245
- Art. 20, Lei 10.522/02- 84
- Parcelamento - 133
- Outros - 743

Por amostragem, verificou-se que o juízo da 2ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia - RJ, lança as informações corretas sobre o motivo da suspensão no sistema de acompanhamento processual Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento nº 11/2011), com base em decisões fundamentadas. Foram analisados os seguintes processos:

CRIMINAL

Art. 366 do CPP

00007287020084025108	00007027220084025108
00003276620114025108	00005785520094025108
00002388720044025108	00000681320074025108
00002301320044025108	00007939420104025108
09009202719984025108	

Art. 89 da Lei 9.099/95

00012038420124025108	00005159320104025108
00003692320084025108	00000621120044025108
00013897820104025108	00001198220114025108

Outros - processos criminais

00011167520054025108	00015086820124025108
00021284620134025108	00010887320064025108
00021937520124025108	00012750220114025110

JEF CRIMINAL

Outros – processos criminais

00019772220094025108	00013622720124025108
00000138620124025108	

CÍVEL

Aguarda decisão de instância superior

00005762220084025108	00012941920084025108
00007199520074025156	00011954920084025108
00012578920084025108	00012457520084025108
00000658720094025108	00009304720084025108
00006691920074025108	

Repercussão Geral (art. 543-B, e §§ 1º e 2º do CPC)

00003002020104025108	00004908520074025108
00005144520094025108	00011366120084025108

Embargos à execução

00003637420124025108 00018810720094025108

Parcelamento

05275814620094025101 00024321620114025108

Outros-fase conhecimento

00005996520084025108 00008929320124025108

00000302520124025108 05273467920094025101

00004990820114025108 00018505020104025108

Outros-fase/processo execução

00023124120094025108 00004177920084025108

00008261620124025108 00023124120094025108

00011954420114025108 00309394220104025101

JEF CÍVEL**Aguardando decisão de instância superior**

00007796220074025158 00007371320074025158

00005873220074025158 00007437320074025108

00005535720074025158

Outros – fase de conhecimento

00002296720074025158 00002330220104025158

Repercussão geral (CPC, 543-B e §1º)

00008412920124025158 00017911420074025158

00001701120094025158 00001444720084025158

00002674520084025158 00005657120074025158

EXECUÇÃO FISCAL**Aguardando decisão de instância superior**

00000332420054025108 00006431620104025108

00000742520044025108 00003379120034025108

06516343019994025108 00003152320094025108

00000360820074025108 00001267920084025108

Art. 20 da Lei 10.522/02

00002883520124025108 00007413520094025108

00003172220114025108 00004110420104025108

Art. 40, §2º, LEF (arquivamento sem baixa)

00005778020034025108 00013749020024025108

00003372320054025108	00003522120074025108
00002226520064025108	00002321220064025108

Art. 40, caput, LEF

00002639520074025108	00013282820074025108
00008187820084025108	00009472520044025108

Parcelamento

00005182920024025108	00007377120044025108
00004577120024025108	00013710420034025108
00004109720024025108	00019481620024025108

Outros – fase/processo execução

00012718320024025108	00013454020024025108
00014005920004025108	00018243320024025108
00013047320024025108	

Obs: No Juizado Especial Cível há três processos suspensos por motivo de: “OUTROS – PROCESSOS CRIMINAIS”. A classificação mais adequada seria: “OUTROS – FASE CONHECIMENTO”. São eles:

00002313720074025158	00008618320134025158
00011895220094025158	

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Carlos Alberto de Araujo Rocha.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

SENTENÇAS

Com base no Mapa de Intimados do Apolo-Excel, extraído no período compreendido entre 15/11/2013 a 15/05/2014, observa-se um total de 1.438 sentenças proferidas em processos físicos e virtuais, dentre as quais 393 estão classificadas como “vazias” no sistema Apolo, as demais encontram-se devidamente intimadas e classificadas por tipo de sentença da seguinte forma:

Convertidas em diligência: 129

Despacho: 01

Interlocutória: 01

Extinção da punibilidade – pagamento de débito/tributo: 01

Resolução de mérito – condenatória: 02

Resolução de mérito – pedido improcedente: 271

Resolução de mérito – extinção da execução: 08

Resolução de mérito – pedido improcedente – dispensada citação: 03

Resolução de mérito – pedido procedente: 135

Resolução de mérito – pedido procedente em parte: 50

Resolução de mérito – reconhecida a prescrição/decadência: 05

Resolução de mérito – conciliação/transação homologada: 14

Resolução de mérito – reconhecimento da procedência do pedido pelo réu: 01

Sem resolução do mérito: 371

Sem resolução do mérito – desistência da ação: 01

Sem resolução do mérito – indeferimento de petição inicial: 03

REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇAS

Observa-se que o juízo correccionado classifica adequadamente as sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução nº 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento nº 11/2011). Por amostragem, foram inspecionados os seguintes processos:

Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

0000190-84.2011.4.02.5108	0002071-62.2012.4.02.5108
0002232-72.2012.4.02.5108	0000088-91.2013.4.02.5108
0000130-77.2012.4.02.5108	0000213-30.2011.4.02.5108
0000439-30.2014.4.02.5108	0001237-93.2011.4.02.5108

Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):

0000192-20.2012.4.02.5108	0001319-56.2013.4.02.5108
0002155-29.2013.4.02.5108	

Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

0000112-85.2014.4.02.5108	0000800-81.2013.4.02.5108
0000703-18.2012.4.02.5108	0000138-88.2011.4.02.5108
0000389-38.2013.4.02.5108	0000537-15.2014.4.02.5108
0001021-98.2012.4.02.5108	0002267-32.2012.4.02.5108

Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

0000534-60.2014.4.02.5108	0001040-70.2013.4.02.5108
0000631-31.2012.4.02.5108	0000682-76.2011.4.02.5108
0000755-77.2013.4.02.5108	0000822-42.2013.4.02.5108
0000825-31.2012.4.02.5108	0001349-38.2013.4.02.5158

Sentenças tipo D1 (condenatórias):

0002108-55.2013.4.02.5108	0000164-86.2011.4.02.5108
0806042-48.2009.4.02.5101	0000946-98.2008.4.02.5108

0000616-67.2009.4.02.5108

Sentenças tipo D2 (absolutórias):

0000070-56.2002.4.02.5108

0000902-79.2008.4.02.5108

0000276-55.2011.4.02.5108

0000301-10.2007.4.02.5108

0000905-34.2008.4.02.5108

Sentenças tipo E1 (extintivas de punibilidade, art. 107 do CP)

0000486-09.2011.4.02.5108

0001474-64.2010.4.02.5108

0804662-87.2009.4.02.5101

0001403-09.2003.4.02.5108

0000538-54.2001.4.02.5108

0806042-48.2009.4.02.5101

OBS: Foram encontrados 4 (quatro) processos sem a classificação do tipo de sentença no cabeçalho ou no rodapé da peça. No sistema Apolo, as sentenças estão classificadas corretamente. São os indicados a seguir:

0001237-93.2011.4.02.5108

0000192-20.2012.4.02.5108

0002155-29.2013.4.02.5108

0000486-09.2011.4.02.5108

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

**CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
(Preferências legais)**

Os processos são julgados seguindo o critério cronológico, com o auxílio do NPROC e planilhas do Apolo Excel obtidos no portal da Corregedoria do TRF2.

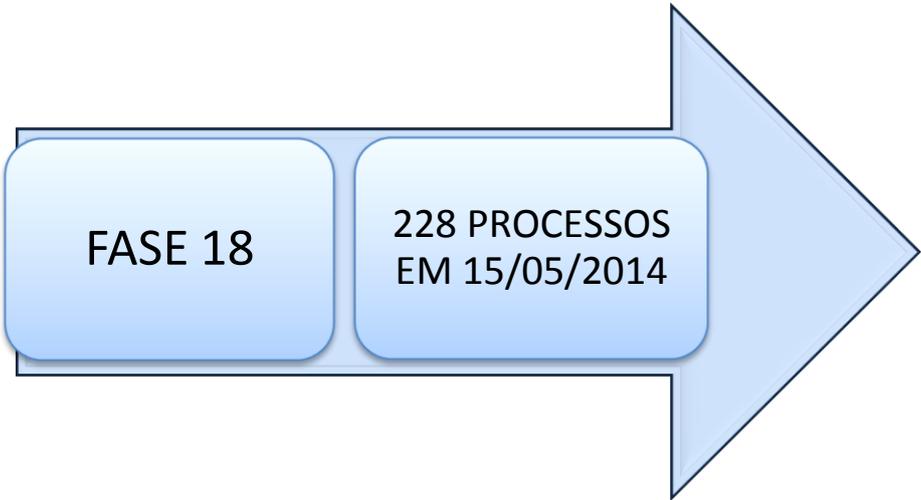
**LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS
PROCESSOS NO GABINETE**

São separados e localizados conforme as metas do CNJ.

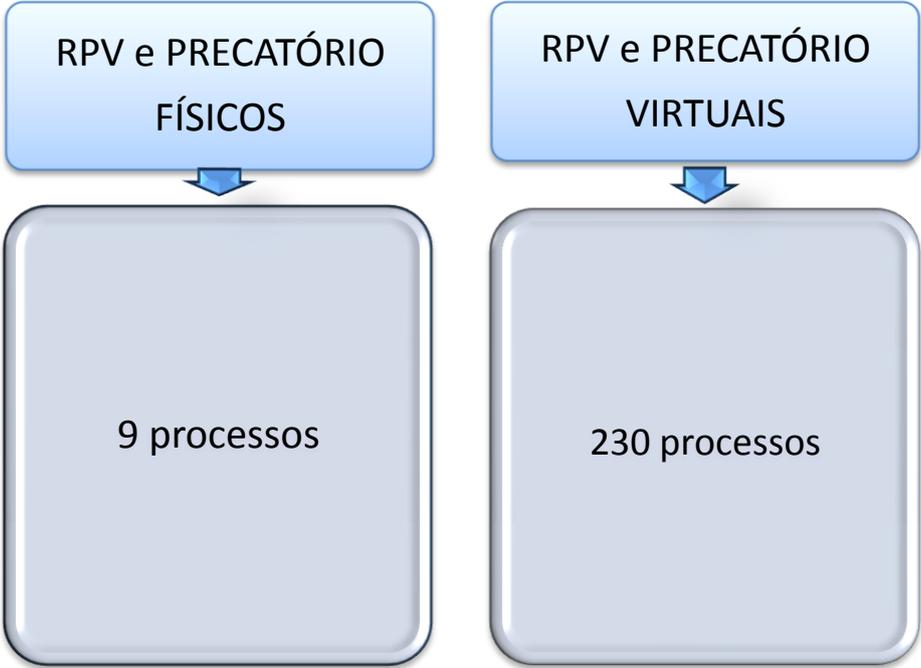
**LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Carlos Alberto de Araujo Rocha.**

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

EXECUÇÃO (15/05/2014)



Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença.



PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA A EXPEDIÇÃO DE RPV'S E PRECATÓRIOS:

O procedimento para expedição de precatório/RPV é descrito a seguir:

- 1º - Expedição de relatório com os respectivos valores;
- 2º - Vista às partes;
- 3º - Concordância das partes em relação aos valores;
- 4º - Cadastro do RPV ou precatório;
- 5º - Conferência pelo diretor da secretaria;
- 6º - Mesa do juiz titular ou do juiz substituto para enviar.

OBS: Se houver oposição das partes em relação aos valores, será proferido o seguinte despacho: “Ao contador judicial para verificação dos cálculos”.

LOCAIS VIRTUAIS:

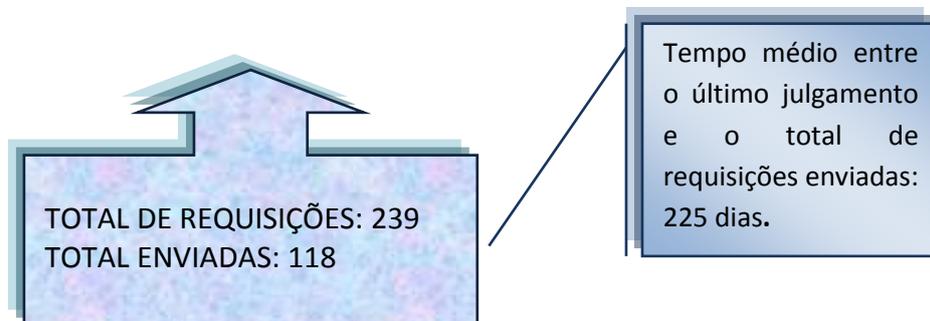
A Secretaria da 2ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia, utiliza os locais virtuais em conjunto com o NPROC do sistema MPS Apolo, para controle e acompanhamento da expedição de precatórios e RPVs, usando o código 51 (movimentação cartorária), com os seguintes códigos de motivo:

- 327 expedir precatório/RPV;
- 361 aguardando atendimento (quando a requisição já se encontra com o juiz para envio).

OBS: Utilizando-se o NPROC do sistema Apolo, controla-se com mais precisão as movimentações processuais, o que não ocorre com o uso apenas dos locais virtuais.

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

RPVs	PRECATÓRIOS (parcela única)	PRECATÓRIOS PARCELADOS
<ul style="list-style-type: none">• 231 cadastrados• 114 enviados	<ul style="list-style-type: none">• 08 cadastrados• 04 enviados	<ul style="list-style-type: none">• ZERO



LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Carlos Alberto de Araujo Rocha.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV.

GRANDES DÉBITOS (Artigos 272 e 273 da CNCR)

O juízo correicionado informa que existem 38 processos classificados como de Grandes Débitos.

Fonte: Questionário de Autoinspeção e SJRJ Intranet – Apolo - NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Processos – Grandes Devedores da Fazenda.

**PENHORA ON-LINE: Sistema Bacenjud
(Resolução 61/08-CNJ e 21/08-TRF2)**

De acordo com informações prestadas pela 2ª V. F. de São Pedro da Aldeia, a *penhora on line* , via Bacenjud é prática comum na maioria dos processos relativos à execução fiscal.

**LEILÕES
(Artigos 270 a 290 da CNCR)**

O órgão correicionado informa que não há no momento nenhum leilão a ser realizado.

**CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

A 1ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia esclarece que os bens constritos são cadastrados no sistema Renajud (veículos).

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Carlos Alberto de Araujo Rocha.

LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (ART. 147/151 CNCG)

1. Termo de acompanhamento da susp. Cond./trans. Pena
Termo de abertura: 12/04/2012
2. Rol dos culpados
Termo de abertura: 12/04/2012
3. Termos de fiança
Termo de abertura: 12/04/2012
4. Carga ao MPF - Criminal
Termo de abertura: 17/01/2013
5. Livro de carga de autos a advogados, partes e auxiliares do Juízo – vistas a advogados e peritos
Termo de abertura: 21/05/2012
6. Livro de carga – vistas a advogados e peritos
Termo de abertura: 17/04/2012
7. Livro de entrega de autos às partes sem traslado
Termo de abertura: 17/04/2012
8. Livro de reclamações
Termo de abertura: 09/04/2012
9. Livro de ponto
Termo de abertura: 02/05/2013

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
JOSE VICENTE BENEVENUTI

Fonte: Relatório de Inspeção Anual.

ESPAÇO FÍSICO

A 2ª Vara federal de São Pedro D'Aldeia está localizada em um local residencial, em um prédio de três andares à Rua: 17 de dezembro, lote 4A, 2º andar, Bairro centro, São Pedro D'Aldeia.

A Vara, ora correicionada, fica no 2º andar com cartório, gabinete do Juiz Titular com banheiro, gabinete do Juiz Substituto com banheiro, sala de apoio aos gabinetes, sala de audiências, copa e 02 banheiros, sendo um masculino e um feminino para uso dos servidores. Na secretaria, oportuno ressaltar que as disposições das mesas privilegiam a iluminação e mantém os servidores bem localizados, onde o diretor pode acompanhar o trabalho, pois tem visão ampla do cartório.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
JOSE VICENTE BENEVENUTI

METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO

Metas de curto prazo (3 meses): diminuir o tempo médio de conclusão para sentença;

Metas de médio prazo (6 meses): cumprir as metas 1 e 2 do CNJ;

Metas de longo prazo (1 ano): digitalizar todo o acervo de processos físicos referentes à execução fiscal.

Destaque-se a boa acolhida por parte do Exmo. Juiz Titular, Juiz Substituto, do Diretor de Secretaria e dos demais servidores lotados no juízo, atendendo com gentileza, profissionalismo, educação e presteza a todas as solicitações, criando um ambiente tranquilo e agradável para a realização dos trabalhos correicionais.

RELATÓRIO
ELABORADO POR

Fernando Antonio Serro Pombal
Mat. 15711

José Vicente Benevenuti
Mat. 15035

Carlos Alberto de Araujo Rocha
Mat. 11308